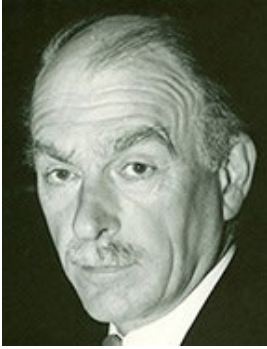


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CHEKE, Marcus (1906, 1960)

Embora a sua obra como historiador seja relativamente reduzida, o diplomata e escritor britânico Sir Marcus Cheke destacou-se por minuciosas biografias de duas personagens históricas portuguesas – o Marquês de Pombal e a rainha D.^a Carlota Joaquina – que lhe conferem um lugar no corpo da historiografia anglófona dedicada a Portugal.

Sir Marcus frequentou a Clayesmore School na sua infância e adolescência e estudou de seguida na Universidade de Oxford, ingressando o Trinity College. Casou, em 1939, com Constance Elizabeth Lopes (cujas famílias tinham raízes portuguesas sefarditas); o casal não teve filhos. Depois de uma passagem pelo mundo da política – concorreu, sem sucesso, nas eleições de 1929 pelo Liberal Party – Cheke enveredou pela carreira diplomática. Foi *attaché* honorário na embaixada britânica em Lisboa, entre 1931 e 1934 e de seguida em Bruxelas, até 1937. No ano seguinte, regressou à capital portuguesa, primeiro como *attaché* da imprensa e, a partir de 1942, como primeiro secretário da embaixada, posto que deixou em 1945. Habitava, portanto, em Lisboa durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial. Em 1946 foi elevado ao cargo de Vice-marechal do Corpo Diplomático, cargo esse em que se manteve até 1957. Durante esse período recebeu vários títulos honoríficos: o grau de comandante da Royal Victorian Order em 1952, sendo constituído cavaleiro da mesma ordem em 1957, e o de companheiro da Order of Saint Michael and Saint George em 1955. Em 1957 foi também colocado como embaixador britânico na Santa Sé, cargo em que se manteve durante três anos, até à sua morte.

Cheke possuía uma veia artística e literária, na qual se inscrevem pelo menos um quadro e uma composição poética dedicados à cidade de Lisboa. O seu interesse por Portugal manifestou-se também nas duas biografias que (juntamente com uma terceira, sobre o Cardeal de Bernis) constituem

o todo da sua produção historiográfica. Sir Marcus foi ainda autor de um manual prático para diplomatas britânicos, sobre matérias protocolares e de cerimónia.

Enquanto biógrafo/historiador, Cheke é tradicional e algo conservador. As suas biografias correspondem ao modelo de “vida e tempos” da personagem retratada e pretendem através desta caracterizar períodos marcantes da história portuguesa. Tal vertente é especialmente marcada na obra votada a Carlota Joaquina, na introdução da qual o Autor admite que o seu objetivo primário era retratar a nação na transição do Absolutismo para o período liberal, tendo considerado várias figuras cujas biografias se poderiam prestar a tal antes de se decidir pela rainha.

O papel dos biografados nos eventos (sobretudo políticos) que então tiveram lugar é, portanto, fortemente acentuado, levando o relato do historiador a adotar uma postura bastante personalista: o governo de Pombal é encarado praticamente como uma batalha pessoal entre o ministro e as “forças da reação”. D.^a Carlota tem menos protagonismo, sendo uma atriz histórica ente vários, mas é-lhe ainda assim atribuída responsabilidade quase completa pela luta da facção pró-absolutista contra as ideias liberais, controlando das sombras o seu filho, D. Miguel, e os seus partidários. O motor das opções e ações políticas destes e doutros indivíduos é procurado por Cheke mormente nas simpatias e antipatias pessoais, ou no *caráter*, dos mesmos. A rivalidade privada do Marquês com os jesuítas, o ódio da rainha ao seu marido, etc., são em boa medida indicadas como as causas das profundas movimentações históricas do Portugal setecentista e oitocentista.

Dada esta linha de interpretação, é compreensível que o Autor se preocupe bastante com apreender a personalidade e o modo de ser dos seus objetos de estudo. Para essa tarefa contribuem relatos da sua vida pública e privada, uma boa dose de extrapolação fisionómica (a partir dos retratos oficiais) e o suposto caráter genealógico (por exemplo, Bragança ou Bourbon) e nacional resultante da sua origem. O peso atribuído a características *nacionais* (algo assentes em estereótipos) é evidente sempre que Cheke faz referências a franceses ou espanhóis, mas o suposto caráter nacional dos portugueses (melancólico, devoto, supersticioso, pacífico, etc.) é particularmente importante para a sua narrativa.

Tal caráter, ou *espírito*, nacional português é um dos fatores determinantes para o desenrolar da História – não obstante a tendência personalista referida, este historiador identifica movimentações históricas mais alargadas. Em meados de Setecentos, o Marquês de Pombal e os seus



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

adversários aristocratas e clericais personificam forças em oposição, respetivamente a modernidade/racionalidade e a reação/obscurantismo. Na fase seguinte, D.^a Carlota e D. Miguel encabeceiam a mesma frente reacionária. Os seus adversários liberais, contudo, expressam para este Autor não tanto aspirações legítimas do povo português como interesses de sociedades secretas e maçónicas.

Cheke é crítico do Liberalismo vintista, no qual vê um radicalismo revolucionário e *excessivamente democrático* que procurava importar para Portugal ideias (francesas) inadequadas para a situação e para a disposição dos portugueses. Já o Marquês de Pombal tinha fracassado nos seus objetivos modernizantes, mais do que por quaisquer outros erros, por ter pensado que poderia por pura força da sua vontade impor ao país ideias e modelos que lhe eram estranhos e hostis. Não que o britânico seja exatamente favorável à “reação”; censura a excessiva religiosidade e a influência da Igreja Católica que mantinham Portugal ignorante e supersticioso, além de economicamente subdesenvolvido.

Cheke não se coíbe, de resto, de expressar juízos condenatórios ou laudatórios das figuras sobre quem escreve, por vezes de forma mordaz. D.^a Carlota, além de célebre pela sua fealdade, é descrita como cruel e pouco inteligente. Os liberais que redigiram a Constituição de 1822 são, para o Autor, indivíduos ambiciosos e arrivistas, mas também idealistas iludidos incapazes de compreender as verdadeiras necessidades do país. Por D. João VI, indeciso e fraco, mas sagaz e bem-intencionado, o historiador mostra clara simpatia, bem como por figuras particularmente anglófilas, como o Duque de Palmela. O seu retrato de Pombal é sensível às ambiguidades do ministro – critica a crueldade que mostrou para com os seus inimigos e as medidas repressivas que pôs em prática, além da já referida desconexão com o espírito propriamente português e incapacidade de o reconhecer. Por outro lado, é elogioso das suas medidas económicas, do seu papel aquando do terramoto de 1755 (cujo relato tradicional, atribuindo total responsabilidade pela reconstrução ao ministro, aceita de modo pouco crítico) e, acima de tudo, pela expulsão dos jesuítas e redução do poder clerical, que considera o seu maior feito.

Curiosamente, Cheke não se ressentia da atitude relativamente antibritânica de Sebastião José, atribuindo responsabilidade pela mesma às pretensões irrazoáveis das comunidades mercantis inglesas estabelecidas em Lisboa e no Porto. Se é por vezes crítico dos seus concidadãos privados, o

Autor não estende essa crítica ao governo de Sua Majestade, defendendo repetidamente que Portugal e o Reino Unido se mantiveram amigos fiéis e que a manutenção da Aliança entre os dois correspondeu sempre aos melhores interesses do reino lusitano. Talvez devido à sua própria ocupação diplomática, o historiador dá amplo foco ao papel dos colegas que representaram antes de si o seu país em Lisboa (e em menor medida ao de embaixadores de outros países), bebendo da correspondência diplomática o que narra em algumas partes do seu relato. Cita também testemunhos de outros estrangeiros que tinham visitado Portugal nos períodos a que se refere, além, claro está, de fontes portuguesas.

A par do foco nos eventos políticos e sociais mais significativos, o Autor interessa-se por muitos aspetos da vida privada das personagens históricas a que se refere, recontando com gosto boatos, intrigas palacianas, episódios pitorescos ou curiosidades anedóticas.

Politicamente, Marcus Cheke parece ter sido um conservador moderado, embora, ao modo britânico, crítico do que via como uma excessiva religiosidade. Encarava com bons olhos a ditadura de Oliveira Salazar, que comparou favoravelmente à de Pombal na introdução à biografia deste último: não só o ditador atual se coibia de fazer uso dos métodos violentos e do *terror* do Marquês, mas governava de acordo com o caráter nacional em vez de em quebra com este, razão pela qual era mais estável e bem-sucedido.

Bibliografia ativa

CHEKE, *Marcus, Dictator of Portugal: a life of the Marquis of Pombal*, 1699-1782, Londres, Sidgwick & Jackson, 1938 (trad. portuguesa 1946); *Carlota Joaquina: queen of Portugal*, Londres, Sidgwick & Jackson, 1947 (trad. portuguesa 1949); *Guidance on Foreign Usages and Ceremony, and Other Matters, for a Member of His Majesty's Foreign Service on His First Appointment to a Post Abroad*, Londres, HM Diplomatic Corps, 1949; *The Cardinal de Bernis*, Londres, Cassell, 1958.

Bibliografia passiva

CARDOZO, Manuel, “O ditador de Portugal Marquês de Pombal by Marcus Cheke”, *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 30, No. 1 (Feb., 1950), pp. 84-86; FERREIRA, Fernando Bandeira, “CRÍTICA: *O Ditador de Portugal* de Marcus Cheke, tradução do inglês por António A. Dória”,



Mundo Literário, No. 43 (1 de março de 1947), pp. 11-12, disponível online em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/mundoliterario/N43/N43_master/MundoLiterarioN43.pdf.

Tiago Seixas dos Santos